Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

JCI III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada

(CNPJ nº 40.054.747/0001-47)
(Administrado pela MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e ao Administrador
JCI III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada
(Administrado pela MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Classe Única do JCI III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 e as demonstrações do resultado, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

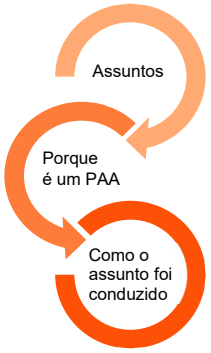
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua do Russel, 804, Edifício Manchete, 7º,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 22210-907
T: +55 4004-8000

www.pwc.com.br

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Existência e mensuração de cotas de fundos de investimento (Nota 5)	
Conforme apresentado na demonstração da posição financeiras, as aplicações do Fundo são compostas, principalmente, por cotas de fundos de investimento. O administrador do Fundo utiliza o correspondente extrato emitido pelo administrador dos fundos investidos para a confirmação da existência da aplicação em cotas de fundos. As aplicações em cotas de fundos são mensuradas considerando o valor da cota disponibilizado pelo administrador dos fundos investidos. Considerando a relevância dessas aplicações em relação ao patrimônio líquido do Fundo e à consequente apuração do valor da cota, a existência e mensuração dessas aplicações foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, os seguintes aspectos: Realizamos o entendimento dos principais processos estabelecidos para existência e mensuração dos investimentos do Fundo. Verificamos a existência das aplicações em cotas de fundos investidos, por meio do confronto com informações disponibilizadas pelo administrador dos fundos investidos. Efetuamos o confronto do valor utilizado para mensuração das aplicações em cotas de fundos com o valor da cota disponibilizado pelo administrador dos fundos investidos. Obtivemos o relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações financeiras disponíveis dos fundos investidos e, quando considerado apropriado, também dos fundos investidos por esses fundos. Com base nessas informações, analisamos se há alguma modificação nos relatórios dos auditores ou alguma informação com impacto relevante nas demonstrações financeiras do Fundo. Consideramos que os critérios adotados pela administração para a existência e mensuração desses investimentos estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Existência, valorização e mensuração do valor recuperável dos direitos creditórios em precatórios (Nota 7)	
Conforme apresentado na demonstração da posição financeira do Fundo, sua carteira é composta, substancialmente, por direitos creditórios representados por precatórios, registrados pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado, acrescido dos rendimentos apropriados com base na taxa interna de retorno da operação até o seu vencimento estimado, e atualizados pelo índice de correção das dívidas públicas utilizado	Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: Realizamos o entendimento dos principais processos relacionados a existência e mensuração desses investimentos. Para a existência dos direitos creditórios representados por precatórios, executamos, em base amostral, testes relacionados a:

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
pelo ente federativo devedor do precatório. Considerando a relevância do saldo dos direitos creditórios na carteira do Fundo e a subjetividade inerente ao cálculo do valor justo, a existência e a mensuração a valor justo dos direitos creditórios foram consideradas áreas de foco de auditoria.	(i)confirmação junto aos assessores jurídicos sobre a existência dos direitos creditórios; e (ii) inspeção da documentação suporte referente ao lastro. Realizamos, em base amostral, o recálculo dos direitos creditórios representados por precatórios com base na metodologia e critérios utilizados pela administração, que considera um deságio no valor de face esperado de realização dos direitos creditórios. Consideramos que os principais critérios e premissas adotados pela administração quanto à existência, valorização e mensuração desse investimento são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos – Valores correspondentes ao exercício

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 28 de março de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A continuidade das operações de um fundo de investimento é, adicionalmente, dependente da prerrogativa dos cotistas em resgatar suas cotas nos termos do regulamento do Fundo.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

  Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Hugo Lisboa
Assinado por: Hugo Lisboa Ferreira:10048469750
CPF: 10048469750
Data/Hora da Assinatura: 31 March 2026 | 21:16 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SyngularID Multipla
B95F354FFDA462

Hugo Lisboa Ferreira
Contador CRC 1RJ116875/O-0

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

JCI III - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada
(CNPJ: 40.054.747/0001-47)
(Administrado pela MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 36.864.992/0001-42)

Demonstração da posição financeira
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025			31/12/2024		
		Quantidades	Valor contábil	% s/ PL do Fundo	Quantidades	Valor contábil	% s/ PL do Fundo
Ativo circulante			**283**	**0,07%**		**1.923**	**0,41%**
Caixa e equivalente de caixa			**283**	**0,07%**		**1.914**	**0,41%**
Cotas de fundos de investimentos		**177,9863**	**283**	**0,07%**	**1.343,0354**	**1.867**	**0,40%**
FIF RF BRL Soberano REF DI LP	4	177,9863	283	0,07%	1.343,0354	1.867	0,40%
Operações interfinanceiras de liquidez			**-**	**0,00%**		**47**	**0,01%**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4		-	0,00%		47	0,01%
Valores a receber			**-**	**0,00%**		**9**	**0,00%**
Ajuste de cota de abertura			-	0,00%		9	0,00%
Ativo não Circulante			**394.212**	**99,94%**		**467.513**	**100,05%**
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios		**98.838.287,5762**	**270.489**	**68,57%**	**98.836.984,9534**	**224.307**	**48,00%**
FIDC Porto Desap	5	98.836.433,1262	269.678	68,37%	98.835.109,1234	222.957	47,71%
Aratu FIDC	5	1.854,4500	811	0,21%	1.875,8300	1.350	0,29%
Cotas de fundos de investimentos imobiliários		**-**	**-**	**0,00%**	**1.125.759,4200**	**1.162**	**0,25%**
FII Terreno Quintas Globais	6	-	-	0,00%	1.125.759,4200	1.162	0,25%
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios			**123.723**	**31,37%**		**115.296**	**24,68%**
Precatórios	7		123.166	31,22%		114.617	24,53%
Debêntures	7		557	0,14%		679	0,15%
Ações de companhias aberta		**-**	**-**	**0,00%**	**5.388.931,0000**	**126.748**	**27,12%**
BRAV3 - Brava Energia Participações S.A.	8	-	-	0,00%	5.388.931,0000	126.748	27,12%
Total do Ativo			**394.495**	**100,01%**		**469.436**	**100,46%**
Passivo circulante			**34**	**0,01%**		**2.140**	**0,46%**
Valores a pagar			**34**	**0,01%**		**2.140**	**0,46%**
Serviços contratados pelo Fundo			-	0,00%		468	0,10%
Auditoria e custódia			34	0,01%		35	0,01%
Valores a identificar	20		-	0,00%		1.637	0,35%
Patrimônio líquido			**394.461**	**100,00%**		**467.296**	**100,00%**
Total do passivo e patrimônio líquido			**394.495**	**100,01%**		**469.436**	**100,46%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

JCI III - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada
(CNPJ: 40.054.747/0001-47)
(Administrado pela MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 36.864.992/0001-42)

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Composição do resultado dos exercícios	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios		**8.584**	**55.091**
Resultado com direitos creditórios - Precatórios	7.4.1	8.549	48.127
Resultado com direitos creditórios - Debêntures	7.4.1	35	6.964
Resultado com outros ativos financeiros		**10.652**	**27.760**
Resultado com cotas de fundos de investimento em renda fixa	4.1	22	383
Resultado com operações compromissadas		5	5
Resultado com cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	5	46.844	35.454
Resultado com cotas de fundos de investimento imobiliários	6	(5)	(343)
Resultado com ações de companhias abertas	8	(36.214)	(7.739)
Demais despesas/receitas		**(580)**	**(705)**
Serviços contratados pelo Fundo	12	(808)	(1.961)
Auditoria e custódia	12	(91)	(91)
Taxa de fiscalização CVM	12	(42)	(55)
Outras despesas	12	(98)	(335)
Ajuste de cota de abertura		(9)	1.051
Reversão de provisões de exercícios anteriores		468	686
Resultado do exercício		**18.656**	**82.146**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

JCI III - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada
(CNPJ: 40.054.747/0001-47)
(Administrado pela MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 36.864.992/0001-42)

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quantidades e valores unitários das cotas)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido no inicio dos exercícios		**467.296**	**458.180**
Representado por 370.781.730,7190 no valor de R$ 1,2603 cada		467.296	-
Representado por 370.485.087.9410 no valor de R$ 1,2367 cada		-	458.180
Resultado do exercício pertencente aos detentores de cotas classificadas no PL		**18.656**	**82.146**
Cotas emitidas		**250**	**400**
Total de 264.170,5717 cotas	13.a	250	-
Total de 296.642,7780 cotas	13.a	-	400
Amortização de cotas	13.b	**(91.741)**	**(73.430)**
Variação decorrente da movimentação de cotas		**(91.491)**	**(73.030)**
Patrimônio líquido no final dos exercícios		**394.461**	**467.296**
Representado por 371.045.901,2907 no valor de R$ 1,0631 cada		394.461	-
Representado por 370.781.730,7190 no valor de R$ 1,2603 cada		-	467.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

JCI III - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada
(CNPJ: 40.054.747/0001-47)
(Administrado pela MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 36.864.992/0001-42)

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido dos exercícios		**18.656**	**82.146**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado com direitos creditórios - Debêntures	7.4.1	(35)	(6.964)
Resultado com direitos creditórios - Precatórios	7.4.1	(8.549)	(48.127)
Resultado com cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	5	(46.844)	(35.454)
Resultado com cotas de fundos de investimento imobiliários	6	5	343
Resultado com ações de companhias abertas	8	36.214	7.739
Ajuste de cota de abertura		9	(1.051)
Outras despesas		-	-
Ajuste para conciliar o lucro líquido ao caixa		**(19.200)**	**(83.514)**
Resultado líquido dos exercícios ajustados		**(544)**	**(1.368)**
Recebimento de direitos creditórios - Precatórios	7.4.1	-	28.240
Recebimento de direitos creditórios - Debêntures	7.4.1	157	47.637
Aquisição de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	5	(4)	(1.883)
Venda de ações de companhias abertas	8	90.534	-
Venda de cotas de fundos de investimento imobiliários	6	1.157	-
Amortização de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	5	666	-
Amortização de cotas de fundos imobiliários	6	-	602
Serviços contratados pelo Fundo		(468)	468
Auditoria e custódia a pagar		(1)	5
Outros valores a pagar		-	(686)
Valores a identificar	20	(1.637)	1.637
Variação de ativos e obrigações		**90.404**	**76.020**
Caixa líquido das atividades operacionais		**89.860**	**74.652**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de cotas	13.a	250	400
Amortização de cotas	13.b	(91.741)	(73.430)
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(91.491)**	**(73.030)**
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa		**(1.631)**	**1.622**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		1.914	292
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	4	283	1.914
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa		**(1.631)**	**1.622**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

1. Contexto Operacional

O **JCI III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada** ("Fundo") foi constituído em 25 de março e 2021 sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, e iniciou suas atividades em 07 de maio de 2021. Destina-se exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11º da Resolução CVM nº 30.

O objetivo do Fundo é prover ganhos de capital e obtenção de rendimentos de longo prazo aos cotistas por meio da alocação preponderante dos recursos de sua classe única em ativos alvo e de outros ativos que sejam classificados como direitos creditórios, na forma disciplinada pela política de investimento disposta no anexo descritivo A do regulamento.

O Fundo, conforme atual disposição e vigência da Resolução CVM nº 175, é considerado como um Fundo de Classe Única ("Classe").

A administração do Fundo, com base na resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.111 e em atendimento ao disposto no art. 19 e no art. 23 da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023, e no inciso 7º do art. 3º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, incluído pelo art. 15 da Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023, avaliou e classificou o Fundo como "Entidade de Investimento". A classificação foi definida considerando que o Fundo, atende, cumulativamente, as seguintes premissas:

a. Captam recursos de um ou mais investidores para investir em um ou mais ativos;
b. É gerido, discricionariamente, por agente habilitado e autorizado para o exercício dessa atividade, conforme exigido pela legislação; e
c. Define em seu regulamento e nos demais documentos constitutivos, quando houver, estratégias a serem utilizadas para geração de retorno ao investidor, consistindo em uma ou mais das seguintes estratégias:
   - investimento e desinvestimento dos ativos que compõem a carteira do fundo, observada a estratégia, as condições de mercado e, quando aplicável, o prazo nela estabelecido, de forma a maximizar o retorno para os cotistas;
   - investimento e manutenção, no todo ou em parte, dos ativos que compõem a carteira do fundo de acordo com sua política de investimentos até a liquidação de tais ativos, por meio de seu pagamento ou de qualquer forma de negociação de tais ativos ou até a liquidação do fundo, objetivando retorno na forma de apreciação do capital, renda ou ambos; e
   - investimento e manutenção dos ativos que compõem a carteira do fundo, sem prazo definido para liquidação ou desinvestimento, buscando a apreciação do capital investido e a realização de retorno por meio de resgate ou de amortização de cotas ou de mecanismos que assegurem a negociação de cotas no mercado secundário.

Os investimentos no Fundo não são garantidos pela administradora, gestor, ou por qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Não obstante a diligência da administradora e da gestora no gerenciamento dos recursos do Fundo, ele está sujeito às oscilações de mercado, podendo, inclusive, ocorrer perda de capital investido. Os cotistas estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do Fundo se torne negativo.

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

2. Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios regulamentados pela Resolução CVM nª 175 de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e demais orientações emanadas da CVM.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Administrador do Fundo em 31 de março de 2026 que autorizou sua divulgação.

3. Descrição das políticas contábeis materiais

a. Apropriação do resultado

As receitas e despesas são registradas por regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários, aplicações em operações compromissadas e cotas de fundos de investimento que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de resgate não superior a 90 dias a partir da data de aplicação.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago acrescido dos rendimentos auferidos ou pelo valor efetivamente recebido acrescido dos juros incorridos com base na taxa de remuneração, reconhecidos no resultado na rubrica de "Receita com operações compromissadas".

As cotas de fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado, diariamente, pela variação no valor das cotas informada pelos administradores dos respectivos fundos de investimento. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em "Resultado com cotas de fundos com renda fixa".

c. Cotas de Fundo de investimento em direitos creditórios

As cotas de fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado, diariamente, pela variação no valor das cotas informada pelos administradores dos respectivos fundos de investimento. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em "Resultado com cotas de fundos em direitos creditórios".

d. Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

Os direitos creditórios são classificados, quando aplicável, em duas categorias específicas de acordo com o modelo de negócios, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Fundo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Fundo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Custo amortizado
São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Ativos financeiros são designados como mensurados ao custo amortizado quando os respectivos ativos forem mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo é o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, logo, tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo preço da transação e, após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os direitos creditórios podem ser classificados nos seguintes grupos:

Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

Precatórios
Os precatórios são registrados pelo custo de aquisição, que considera um deságio no valor de face esperado de realização dos direitos creditórios. O custo de aquisição é atualizado de acordo com a taxa efetiva de retorno apurada no reconhecimento inicial do direito creditório que considera: (i) valor contábil registrado na carteira da data de aquisição do direito creditório; (ii) valor de face da indenização a ser paga pelo devedor; e (iii) prazo de recebimento das parcelas do precatório.

Debêntures
As debêntures e notas comerciais são precificadas considerando a remuneração atrelada ao ativo, quando aplicável, e taxa interna de retorno, calculada no momento da aquisição do ativo. A taxa interna de retorno é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento, prazo de recebimento dos direitos creditórios e, quando necessário, spread de recuperabilidade dos créditos, sendo essa a melhor estimativa de valor justo na data.

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

e. Moeda funcional

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	Valor contábil	Quantidade	Valor contábil
Cotas de fundos de investimentos (*)	177,9863	283	1.343,0354	1.867
Operações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	47
Total		**283**		**1.914**

(*) As aplicações em cotas de fundo de investimento do FIF RF BRL Soberano REF DI LP possuem liquidez diária.

4.1 Descrição – cotas de fundos de investimentos

O **Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa BRL Soberano Referenciado DI Longo Prazo** ("FI RF BRL Soberano REF DI LP") foi constituído sob forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado. O Fundo destina-se a receber aplicações exclusivamente de investidores profissionais e tem por objetivo buscar retorno aos seus cotistas através de investimentos em ativos financeiros disponíveis nos mercados de renda fixa, negociados no mercado interno, sendo vedada a aplicação em renda variável, derivativos e ativos emitidos no exterior, direta ou indiretamente.

As demonstrações financeiras do fundo referente ao exercício findo em 30 de abril de 2025 foram auditadas pela RSM Acal Auditores Independentes S/S, que emitiram o relatório sem modificação em 18 de julho de 2025.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram apropriados os seguintes montantes na demonstração do resultado, conforme demonstrado abaixo:

Resultado com outros ativos financeiros	31/12/2025	31/12/2024
Resultado com cotas de fundos de investimento em renda fixa	22	383

5. Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios ("FIDC")

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios estavam assim representados:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	Valor contábil	Quantidade	Valor contábil
FIDC Porto Desap	98.836.433,1262	269.678	98.835.109,1234	222.957
Aratu FIDC	1.854,4500	811	1.875,8300	1.350
Total	**98.838.287,5762**	**270.489**	**98.836.984,9534**	**224.307**

Segue abaixo a movimentação ocorrida em 31 de dezembro 2025 e 2024:

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

Movimentação em 2025:

Movimentação	31/12/2024	Integralização	Cessão de ativos	Amortização de cotas de FIDC	Resultado com cotas de FIDC	31/12/2025
FIDC Porto Desap	222.957	4	-	-	46.717	269.678
Aratu FIDC	1.350	-	-	(666)	127	811
Total	**224.307**	**4**	**-**	**(666)**	**46.844**	**270.489**

Movimentação em 2024:

Movimentação	31/12/2023	Integralização	Cessão de ativos (*)	Amortização de cotas de FIDC	Resultado com cotas de FIDC	31/12/2024
FIDC Porto Desap	185.650	1.883	-	-	35.424	222.957
Aratu FIDC	-	-	1.320	-	30	1.350
Total	**185.650**	**1.883**	**1.320**	**-**	**35.454**	**224.307**

(*) No exercício de 31 de dezembro de 2024 o fundo recebeu cotas do Aratu FIDC, como forma do pagamento parcial do saldo que estava provisionado como "Valores a receber" em 31 de dezembro de 2023. Esse recebimento se refere a conclusão da do direito de garantia sobre um direito creditório que possuía junto a Queiroz Galvão S.A. que o Fundo exerceu em 15 de maio 2023.

5.1 Descrição - cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios

O **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Porto Desap - Responsabilidade Limitada** ("FIDC Porto Desap") iniciou suas atividades em 26 de outubro de 2020, constituído sob a forma de condomínio fechado com prazo indeterminado duração é destinado a Investidores Autorizados e tem por objeto a aquisição de Direitos Creditórios. O Patrimônio líquido do Fundo é composto por mais de 90% em ações judiciais oriundos do contrato de empréstimo IFC, celebrado entre a Sotave Amazônia Química e Mineiral S.A. e a International Finance Corporation (IFC).

As demonstrações financeiras do FIDC Porto Desap findas em 31 de dezembro de 2025, foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., que emitiram o relatório sem modificação em 30 de março de 2026.

O **FIDC Recuperados Questões Globais Responsabilidade Limitada** ("Aratu FIDC") foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração. É um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, regido pelo Regulamento e disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, em especial a Instrução CVM nº 175 e a Instrução De CVM nº 444/06, sendo uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios, iniciou suas operações em 04 de junho de 2020.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, valorização de suas cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i)

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos de cada Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.
As demonstrações financeiras do Aratu FIDC findas em 31 de maio 2025, foram auditadas pela RSM Brasil Auditores Independentes Ltda., que emitiram o relatório sem modificação em 22 de setembro de 2025.

6. Cotas de fundos de investimentos imobiliários ("FII")

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, cotas de fundos de investimentos imobiliários estavam assim representados:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	Valor contábil	Quantidade	Valor contábil
FII Terreno Quintas Globais	-	-	1.125.759,4200	1.162
Total	**-**	**-**	**1.125.759,4200**	**1.162**

Segue abaixo a movimentação ocorrida em 31 de dezembro 2025 e 2024:

Movimentação em 2025:

Movimentação	31/12/2024	Cessão de ativos	Vendas de cotas de FII	Amortização de cotas de FII	Resultado com cotas de FII	31/12/2025
FII Terreno Quintas Globais	1.162	-	(1.157)	-	(5)	-
Total	**1.162**	**-**	**(1.157)**	**-**	**(5)**	**-**

Movimentação em 2024:

Movimentação	31/12/2023	Cessão de ativos (*)	Vendas de cotas de FII	Amortização de cotas de FII	Resultado com cotas de FII	31/12/2024
FII Terreno Quintas Globais	-	2.107	-	(602)	(343)	1.162
Total	**-**			**(602)**	**(343)**	**1.162**

(*) No exercício de 31 de dezembro de 2024 o fundo recebeu cotas do FII Terreno Quintas Globais, como forma do pagamento parcial do saldo que estava provisionado como "Valores a receber" em 31 de dezembro de 2023. Esse recebimento se refere a conclusão da do direito de garantia sobre um direito creditório que possuía junto a Queiroz Galvão S.A. que o Fundo exerceu em 15 de maio 2023.

6.1 Descrição - cotas de fundos de investimentos imobiliários

O **Fundo de Investimento Imobiliário Terreno Quintas Globais - Responsabilidade Limitada** ("FII Terreno Quintas Globais" foi constituído em 22 de março de 2023, sob a forma de condomínio fechado, e iniciou suas atividades em 29 de setembro do mesmo ano, com prazo de duração indeterminado. Destina-se a investidores profissionais, nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 30/21 e alterações posteriores, que aceitem os riscos

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

inerentes ao Fundo.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos cotistas a valorização e a rentabilidade de suas cotas, conforme a política de investimento definida no capítulo VIII do regulamento, por meio da aquisição dos ativos imobiliários não residenciais e dos outros ativos.

As demonstrações financeiras do FII Terreno Quintas Globais findas em 30 de junho 2025, foram auditadas pela RSM Brasil Auditores Independentes Ltda., que emitiram o relatório sem modificação em 26 de janeiro de 2026.

7. Direitos Creditórios

7.1. Classificação dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados, conforme avaliação da administradora, na categoria de “Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios”, pois os cedentes não possuem a obrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos.

7.2. Descrição das características dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo

Os direitos creditórios consistem em créditos contra pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, neste último caso, já representados ou não por precatórios de titularidade de cedentes cujo polo ativo ainda não foi transferido para o Fundo em sua totalidade, constituídos por litígios, já ajuizados ou não.

No caso de inadimplemento no pagamento dos direitos creditórios, ajuizados e movidos contra órgãos do governo federal, cedidos ao Fundo, por quaisquer motivos, será convocada assembleia geral de cotistas, para definir as providências a serem adotadas, incluindo a liquidação antecipada do Fundo. Entende-se por inadimplemento no pagamento dos direitos creditórios, como sendo o não pagamento pelo devedor em um determinado exercício social, de parcela dos direitos creditórios cedidos ao Fundo.

7.3. Critérios de elegibilidade

Toda e qualquer aquisição de direitos creditórios pelo Fundo deverá ser amparada no mínimo pelos seguintes critérios de elegibilidade:

i Além dos outros ativos, o Fundo somente poderá adquirir: (a) os ativos alvo iniciais; e (b) os ativos alvo adicionais, observado os dispostos no regulamento; e
ii Aquisição permitida até a data limite, ou, após o término da data limite, mediante a aprovação da assembleia geral.

Os Ativos Alvo deverão, como condições de cessão a serem verificadas pela gestora, atender aos seguintes requisitos:

i Estar enquadrados na política de investimentos e no critério de elegibilidade previsto no regulamento;
ii não ter sido objeto de cessão nem promessa de cessão a terceiros; e
iii ser cedidos através de contratos de cessão e/ou quaisquer outros instrumentos aptos a assegurarem

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

referida cessão, devidamente assinados pelas partes.

7.4. Composição de direitos creditórios

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Precatórios	123.166	114.617
Debêntures	557	679
Total	**123.723**	**115.296**

7.4.1. Movimentação da carteira no exercício

Movimentação em 2025:

Descrição	31/12/2024	Recebimentos	Resultado	31/12/2025
Precatórios (i)	114.617	-	8.549	123.166
Debêntures	679	(157)	35	557
Total	**115.296**	**(157)**	**8.584**	**123.723**

Movimentação em 2024:

Descrição	31/12/2023	Recebimentos	Resultado	31/12/2024
Precatórios (i)	94.730	(28.240)	48.127	114.617
Debêntures	41.352	(47.637)	6.964	679
Total	**136.082**	**(75.877)**	**55.091**	**115.296**

(i) Em 31 de dezembro de 2025, o Fundo possui o montante de R$ 123.166 (R$ 114.617 em 2024) referente a precatórios que foram expedidos e estão em fase de levantamento para pagamento. O recebimento desses precatórios é estimado até o fim 2028. As taxas internas de retorno praticadas variam no intervalo de 15% a 30%.

7.4.2. Debêntures

Apresentamos, abaixo, as informações referentes à carteira do Fundo:

AP Energia Participações S.A.

Em 13 de outubro de 2022, foi celebrado o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças, no qual o Fundo adquiriu do vendedor, 33.718 debêntures da AP Energia Participações S.A. decorrentes da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, emitidas em 31 de março de 2022, pelo valor de R$ 39.000 com vencimento em 31 de maio de 2026.

8. Participação em companhias investidas de ações abertas

O Fundo possuía investimento no capital social de empresa com cotação em Bolsa de Valores, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	Valor contábil	Quantidade	Valor contábil
BRAV3 - Brava Energia Participações S.A.	-	-	5.388.931,0000	126.748

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

Total	**-**	**-**	**5.388.931,0000**	**126.748**

Segue abaixo a movimentação ocorrida em 31 de dezembro 2025 e 2024:

Movimentação em 2025:

Descrição	31/12/2024	Incorporação	Venda de ações	Resultado a valor de mercado	31/12/2025
BRAV3 - Brava Energia Participações S.A.	126.748	-	(90.534)	(36.214)	-
Total	**126.748**	**-**	**(90.534)**	**(36.214)**	**-**

Movimentação 2024:

Descrição	31/12/2023	Incorporação	Venda de ações	Resultado a valor de mercado	31/12/2024
BRAV3 - Brava Energia Participações S.A.	-	144.863	-	(18.115)	126.748
ENAT3 - Enauta Participações S.A.	134.487	(144.863)	-	10.376	-
Total	**134.487**	**-**	**-**	**(7.739)**	**126.748**

8.1 Descrição - companhias investidas de ações abertas

Brava Energia Participações S.A.
A 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. (“Companhia” ou “3R OG”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 17 de junho de 2010. A sede da Companhia fica situada na Praia de Botafogo, 186, 16º andar, Botafogo, Rio de Janeiro. A 3R OG atua no setor de óleo e gás com foco em redesenvolvimento de campos maduros em produção localizados em terra (onshore), em águas rasas (shallow-water), e águas profundas (offshore) detendo qualificação de Operador “A” perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”).

A Companhia tem por objeto social: (a) explorar, produzir e refinar petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, as bacias sedimentares brasileiras às quais a ANP tenha concedido licenças, bem como bacias sedimentares no exterior; (b) realizar a importação e exportação de petróleo e quaisquer derivados assim produzidos; e (c) participar de outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que atuem em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia.

Em 09 de setembro de 2024, a Companhia passou a utilizar sua nova marca - Brava Energia - e suas ações passaram a ser negociadas na B3 sob o código BRAV3 e com novo nome de pregão BRAVA nesta mesma data.

Em 30 de setembro 2024, a 3R OG detém 100% do capital social direto e indireto das seguintes sociedades: 3R Bahia S.A., 3R Pescada S.A., 3R RNCE S.A., 3R Potiguar S.A., 3R Operações Marítimas S.A., 3R Operações Offshore S.A., 3R Petroleum Offshore S.A., 3R Lux S.à.r.l., Enauta Participações S.A., Enauta Finance B.V., Enauta Energia S.A., Enauta Petróleo e Gás Ltda., Enauta Netherlands B.V. e Atlanta Field B.V.

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

A companhia realizou a incorporação de ações da Enauta Participações, sociedade anônima de capital aberto, que possuía suas ações listadas no Novo Mercado da B3. No mesmo momento, a Companhia também realizou a incorporação da Maha Energy Offshore (fBrasil) Ltda. ("Maha Offshore"), sociedade limitada brasileira, cujo principal ativo era a participação societária na 3R Offshore, controlada direta da 3R OG, e que foi renomeada para 3R Operações Offshore. Estas operações resultaram numa participação de 100% em ambas as companhias citadas, bem como nas subsidiárias da Enauta Participações.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Fundo alienou a totalidade das ações que detinha da Brava Energia Participações S.A. (BRAV3), não possuindo, na presente data, qualquer participação remanescente na companhia.

Enauta Participações S.A.
A Enauta Participações S.A tem por objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócia, acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Avenida Almirante Barroso nº 52, sala 1301 (parte), Cidade e Estado do Rio de Janeiro, tem seus valores mobiliários negociados na B3 S.A. 3 Brasil Bolsa, Balcão, e ações listadas no segmento, sob o código ENAT3.

O Grupo atua, por meio de suas investidas, na exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio, acionista ou outras formas de associação com outras empresas (consórcios), com ou sem personalidade jurídica.

Em linha com os objetivos estratégicos do Grupo, a Enauta Energia S.A, subsidiária integral da Companhia, atua no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão, seja na forma de associação com outras empresas (consórcios) ou com a totalidade de participação nas operações.

Em 30 de setembro de 2023, a Enauta Energia detinha o direito de participação em 20 concessões (21 concessões em 31 de dezembro de 2022), sendo operadora em um ativo em fase de produção, o Campo de Atlanta.

Em 9 de outubro de 2024 ocorreu a incorporação das ações da companhia Enauta Participações pela 3R Petroleum, que foi concluída em 31 de julho de 2024. A Incorporação Enauta Participações está inserida em um processo de simplificação da estrutura societária do Grupo Brava, na medida em que busca (i) otimização e simplificação de estrutura, e, consequentemente, consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas; (ii) captação de sinergias e de ganhos de eficiência, com a integração operacional e união dos recursos empresariais e patrimônios envolvidos na operação das sociedades envolvidas, com a consequente otimização na gestão de operações, custos, despesas e fortalecimento dos investimentos nas diferentes possibilidades de crescimento, o que resultará em uma substancial criação de valor para o Grupo Brava, bem como para seus respectivos acionistas, clientes, cadeia de fornecedores e colaboradores.

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

9. Riscos

Em vista da natureza do investimento em participações e da política de investimento do Fundo, os cotistas do Fundo devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do Fundo. Para tanto, ao ingressar no Fundo, o cotista declarará expressamente que tem ciência destes riscos, sendo que tal declaração constará do compromisso de investimento.
Seguem os principais riscos os quais o Fundo está sujeito, descritos abaixo.

Risco de crédito decorrente do investimento preponderante em ativos distressed vencidos e não pagos: Consiste no risco de os ativos distressed integrantes da carteira do Fundo não serem pagos ou serem quitados parcialmente, em virtude do insucesso das ações de cobrança e/ou de limitações na capacidade financeira dos devedores.

Risco de crédito: Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos devedores dos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras para o cotista.

Risco de insucesso nas ações de cobrança: O Fundo está sujeito aos riscos decorrentes da possibilidade de insucesso na cobrança dos ativos distressed, umavez que os dados cadastrais dos devedores podem estar desatualizados, incompletos ou inconsistentes quando da cessão ao Fundo e que os documentos comprobatórios podem estar incompletos ou ser insuficientes e/ou que os devedores não tenham capacidade financeira para pagar os ativos distressed.

Riscos relativos a perdas em ações judiciais: O Fundo eventualmente terá a necessidade de despender recursos com a defesa de seus interesses para a execução das cobranças e/ou defesa da exigibilidade dos ativos distressed, inclusive quanto ao valor de eventual condenação e honorários sucumbenciais, caso o Fundo venha a ser vencido. O ingresso em juízo submete, ainda, o Fundo à discricionariedade e o convencimento dos julgadores das ações.

Risco relativo à propositura de ações judiciais ou reclamações formuladas pelos devedores dos ativos distressed: O Fundo tem por objetivo adquirir ativos distressed vencidos e não pagos. Durante a vigência do Fundo poderá ocorrer a propositura de ações judiciais ou reclamações formuladas pelos devedores dos ativos distressed, inclusive acerca de inexistência da dívida, perante o poder judiciário, órgãos de proteção ao consumidor, entre outros. Não há garantia de que o Fundo não seja condenado nessas demandas (judiciais e extrajudiciais), inclusive por dano morais, o que poderá resultar em perdas patrimoniais para o cotista.

Riscos de irregularidade na guarda dos documentos comprobatórios: Nos termos da legislação vigente, o custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos ativos distressed e aos outros ativos. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o custodiante contratará uma empresa especializada para realizar a verificação do lastro e a guarda dos documentos comprobatórios. Ademais, embora o custodiante tenha o direito contratual de acesso aos documentos comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos ativos distressed e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos ativos distressed vencidos e não pagos.

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

Verificação de lastro dos ativos distressed por amostragem: O Custodiante, realizará verificação periódica, por amostragem, nos documentos comprobatórios dos ativos distressed cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa verificação é realizada após a cessão dos ativos distressed ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter ativos distressed cujos documentos comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos ativos distressed. Adicionalmente, parte representativa ou a totalidade dos documentos comprobatórios dos ativos distressed poderá fazer parte de autos de processo em virtude de cobrança judicial de tais ativos distressed e, portanto, os referidos documentos comprobatórios podem não estar disponíveis ao custodiante.

Risco de cobrança de taxas de juros contratadas: A cobrança de juros contratados por instituições financeiras em suas operações de financiamento em geral por cessionários de tais direitos creditórios, que não sejam entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional, pode ser questionada pelos respectivos devedores, com base em jurisprudência.

Riscos decorrentes da iliquidez dos ativos recuperados: O Fundo pode vir a ser proprietário de ativos de liquidez reduzida em decorrência dos seus esforços para recuperação dos ativos distressed, de forma que não há garantias de que o gestor ou o consultor especializado conseguirão alienar tais ativos por seu valor de mercado. o gestor, o administrador, o custodiante e o consultor especializado não responderão pelos prejuízos sofridos pelo Fundo em decorrência da impossibilidade de realização ou pela realização por valor inferior ao seu valor de mercado de tais ativos.

Riscos de concentração: O Fundo poderá investir até 100% do seu patrimônio líquido em ativos distressed, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em uma única ou em poucas modalidades de ativos. Além disso, não é possível assegurar que a rentabilidade dos ativos distressed será aquela esperada pelo Fundo. Os fatos mencionados acima poderão acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e impactar adversamente a rentabilidade do cotista.

Risco de liquidez: Consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses bens e direitos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o gestor poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos bens e direitos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos bens e direitos, que podem, inclusive, obrigar o administrador a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de amortizações e resgates ao cotista do Fundo.

Risco de mercado: Consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados bens e direitos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas ao cotista.

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

Riscos macroeconômicos: A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em perda, pelo Cotista, do valor de principal de suas aplicações.

Risco de descasamento de taxas de juros: Mudanças nas condições de mercado poderão acarretar descasamento entre as taxas de juros praticadas no mercado e as taxas de juros estabelecidas no instrumento que deu origem aos ativos distressed adquiridos pelo Fundo, resultando em perda de rentabilidad e durante o período de maturação dos créditos.

Demais riscos: O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do administrador e do gestor, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos (default), mudança nas regras aplicáveis aos bens e direitos, mudanças impostas aos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo e alteração na política monetária.

A totalidade dos riscos aos quais o Fundo se encontra exposta, estão divulgados no regulamento vigente.

10. Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Fundo não operou com instrumentos financeiros derivativos.

11. Remuneração da Administração

Taxa de administração
Não serão devidas taxas de administração, gestão, performance, custódia, cobrança, ingresso ou saída pelo Fundo.

12. Encargos debitados ao Fundo

Taxas e encargos sobre patrimônio líquido médio do exercício:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	% PL médio	Valor	% PL médio
Serviços contratados pelo Fundo	808	0,21%	1.961	0,42%
Auditoria e custódia	91	0,02%	91	0,02%
Taxa de fiscalização CVM	42	0,01%	55	0,01%
Outras despesas	98	0,03%	335	0,07%
Total	**1.039**	**0,27%**	**2.442**	**0,52%**

O percentual foi calculado sobre o patrimônio líquido médio mensal:

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

31/12/2025	31/12/2024
387.222	464.769

13. Emissão, resgates, amortização e integralização de cotas

a. Emissão

As Cotas correspondem a frações ideais de seu patrimônio líquido e são divididas em uma única classe, não havendo distinção ou relação entre elas, exceto na hipótese da emissão de nova série de Cotas, quando, então, poderá haver distinções entre as séries, em relação ao prazo de amortização e de resgate.

A primeira emissão compreenderá até 500.000.000 de cotas, com o preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando o montante de até R$ 500.000. É admitida a subscrição parcial das cotas objeto da primeira emissão, desde que: (i) sejam subscritas, no mínimo, 50.000.000 cotas, totalizando R$ 50.000; e (ii) o saldo não colocado seja cancelado, na forma da regulamentação em vigor.

O Fundo poderá, a qualquer tempo, observada regulamentação em vigor, emitir novas cotas mediante a aprovação dos cotistas.

O preço de integralização de cada cota, que, na data de integralização inicial, será correspondente ao preço de emissão, e, nas demais integralizações, será o valor da cota no dia da efetiva disponibilização dos recursos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram emitidas as seguintes quantidades abaixo:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	Valor contábil	Quantidade	Valor contábil
Integralização de cotas	264.170,5717	250	296.642,7780	400

b. Amortização de cotas

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas: (i) ao término do prazo de duração do Fundo; ou (ii) em virtude de sua liquidação antecipada.

A distribuição do valor correspondente ao principal e dos eventuais rendimentos das cotas devem ser realizados exclusivamente por meio da amortização ou resgate de cotas.

As cotas serão amortizadas, pelo regime de caixa, no prazo máximo de até 15 dias úteis contados da data do recebimento de valores originados dos ativos alvo, em percentual equivalente a, no mínimo, 95% da quantia recebida sem qualquer ônus, sempre após a reconstituição da reserva para despesas. Os pagamentos de amortizações e/ou resgate de cotas deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as cotas.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Fundo amortizou os seguintes montantes abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Amortizado de cotas	91.741	73.430

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

14. Evolução do valor da cota e rentabilidade

O valor do patrimônio líquido médio, o valor da cota e a rentabilidade do Fundo nos exercícios foram os seguintes:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Rentabilidade do Fundo % (*)	(15,65) %	1,91%
Rentabilidade teórica (**)	3,97%	17,92%
Valor da cota	1,0631	1,2603
Patrimônio líquido médio R$/mil	387.222	464.769

(*) A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.
(**) Rentabilidade desconsiderando o efeito das amortizações ocorridas durantes os exercícios.

15. Serviços de gestão, custódia, tesouraria e outros serviços terceirizados

As cotas de fundos de investimento são custodiadas pelos respectivos administradores dos fundos. Os serviços são prestados por:

Custódia: MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Controladoria: MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Escrituração: MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Tesouraria: MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Gestão: Jive Investments Gestão de Recursos e Consultoria S.A.

As operações compromissadas são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

O Custodiante mantém a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios, recebe e verifica a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios cedidos ao Fundo.

As debêntures encontram-se registradas nas escrituras das respectivas companhias.

As ações de companhias abertas encontram-se registradas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

16. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Fundo possuía os seguintes saldos com o administrador:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Resultado apropriado	Ativo	Resultado apropriado
Cotas de fundos - FIF RF BRL Soberano REF DI LP	283	22	1.867	383
Cotas de fundos - FIDC NP Porto Desap	269.678	46.717	222.957	35.424
Operações compromissadas	-	5	47	5

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

17. Tributação

Impostos sobre operações financeiras (IOF)
Incide IOF à alíquota de 1% ao dia, sobre o valor de resgate das cotas, limitado a um porcentual do rendimento da aplicação, decrescente em função do prazo, tendendo a 0% nos 30 dias seguintes à data de aplicação.
O Fundo foi classificado como entidade de investimento, conforme Lei nº 14.754 de 12 de dezembro de 2023 e definições da Resolução CMN nº 5.111 de 21 de dezembro de 2023, nesse caso:

- O fundo não está sujeito a tributação periódica (come-cotas) desde que siga os requisitos de enquadramento descritos nos artigos. 19 e 40 da Lei nº 14.754:
  - Possuir 67% do patrimônio composto por investimentos em direitos creditórios;
- Os rendimentos auferidos pelos investidores desse fundo de investimento estará sujeito a tributação de imposto de renda a uma alíquota de 15%, na data de distribuição de rendimentos, amortização ou do resgate de cotas.

A regra tributária descrita não se aplica aos cotistas sujeitos às regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor

a) Impostos sobre operações financeiras (IOF)
Incide IOF à alíquota de 1% ao dia, sobre o valor de resgate das cotas, limitado a um percentual do rendimento da aplicação, decrescente em função do prazo, tendendo a 0% nos 30 dias seguintes à data de aplicação.

18. Outros serviços prestados pelos auditores independentes
Informamos que o administrador, no exercício, não contratou serviços dos auditores independentes relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

19. Demandas judiciais
Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais com risco de perda provável e/ou possível contra o Fundo quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer contra a Administração do Fundo, além dos processos relacionados aos direitos creditórios apresentados na nota explicativa nº 7.

20. Alterações Estatutárias
Conforme a Ata da Assembleia Especial Extraordinária de Cotistas, realizada em 07 de março de 2025, foi deliberado e aprovado a amortização dos ativos do Fundo, devidamente descritos no Anexo A da ata, a qual deverá ocorrer na data de 11 de março de 2025, considerando o preço dos ativos disponível no primeiro dia útil anterior à data do pagamento (D-1), bem como a autorização para que a Administradora e a Gestora adotem todas as medidas necessárias ao cumprimento das deliberações desta Assembleia.

Conforme a Ata da Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 10 de março de 2025, foi deliberado e aprovado a realização da 4ª emissão de cotas da classe única do Fundo, valor total R$ 500 de emissão, bem como a autorização para que a Administradora e a Gestora pratiquem todos os atos necessários para a efetivação dessa deliberação.

Docusign Envelope ID: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88

Conforme a Ata da Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 02 de abril de 2025, foi deliberado e aprovado: (i) a ratificação da amortização da Parcela Remanescente dos ativos relativos à Operação aprovada em assembleia anterior, a qual foi realizada em 12 de março de 2025, considerando o preço dos ativos disponível no primeiro dia útil anterior à data do pagamento (D-1); e (ii) a autorização e ratificação de todos os atos praticados pela Administradora e pela Gestora para consecução das medidas necessárias ao cumprimento da deliberação acima.

Conforme a Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, realizada em 13 de junho de 2025, foi deliberado e aprovado a realização da 5ª emissão de cotas do Fundo, no montante total de até R$ 2.700, bem como a autorização para que a Administradora e a Gestora adotem todas as medidas necessárias ao cumprimento das deliberações aprovadas.

21. Informações adicionais

Poderes de representação
O administrador poderá praticar todos os atos necessários à administração do Fundo para exercer os direitos inerentes à carteira, inclusive o de comparecer e votar em assembleias gerais e/ou especiais das Companhias Investidas de qualquer natureza e/ou assembleias gerais de cotistas de fundos de investimentos cujas cotas venham a compor a carteira do Fundo", conforme estabelecido pelo regulamento do Fundo.

20. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o encerramento do exercício social do Fundo em 31 de dezembro de 2025 que requeressem ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras do exercício findo nessa mesma data.

* * *

Roger Vicente Lima	**Luiz Carlos Nimi**
Contador CRC1SP342522	Diretor responsável

Certificate Of Completion

Envelope Id: 3C05A6F1-4881-48A5-8E98-37D0548D6F88
Subject: Complete with Docusign: DF do Fundo 1134_versão final.pdf
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Source Envelope:
Document Pages: 27
Certificate Pages: 2
AutoNav: Enabled
EnvelopeId Stamping: Enabled
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Signatures: 1
Initials: 0

Status: Completed

Envelope Originator:
Nayara Klopper
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
São Paulo, São Paulo 04538-132
nayara.klopper@pwc.com
IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original
31 March 2026 | 20:55
Status: Original
31 March 2026 | 21:17

Holder: Nayara Klopper
nayara.klopper@pwc.com
Holder: CEDOC Brasil
BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Location: DocuSign
Location: DocuSign

Signer Events	Signature	Timestamp
Hugo Lisboa hugo.lisboa@pwc.com Partner PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate **Signature Provider Details:** Signature Type: ICP-Brasil Issuer: AC SyngularID Multipla Subject: CN=Hugo Lisboa Ferreira:10048469750	DocuSigned by: Hugo Lisboa F9E9F354FFDA462... Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 201.56.5.228 Certificate policy: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf	Sent: 31 March 2026 | 20:55 Viewed: 31 March 2026 | 21:06 Signed: 31 March 2026 | 21:16

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp

Editor Delivery Events	Status	Timestamp

Agent Delivery Events	Status	Timestamp

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp

Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Nayara Klopper nayara.klopper@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 31 March 2026 | 21:17 Viewed: 31 March 2026 | 21:17 Signed: 31 March 2026 | 21:17

Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via Docusign

Witness Events	Signature	Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	31 March 2026 | 20:55
Certified Delivered	Security Checked	31 March 2026 | 21:06
Signing Complete	Security Checked	31 March 2026 | 21:16
Completed	Security Checked	31 March 2026 | 21:16

Payment Events	Status	Timestamps